

CIDADANIA DIGITAL DE JOVENS EM TRÊS PAÍSES EUROPEUS Perfis de (não) participação cívica *online*

Susana Batista

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa,
CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal

José Alberto Simões

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa,
CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal

Resumo Este artigo procura contribuir para o estudo da cidadania digital de jovens através da elaboração de uma tipologia de (não) participação cívica *online*, que inclui questões relacionadas com a procura de conteúdos informativos e cobertura noticiosa, bem como perceções sobre literacia mediática e digital. A partir de uma análise estatística multivariada aos resultados do inquérito “EU Kids Online” (2017-2019) em três países europeus, foram identificados três perfis cujos atributos nos permitem discutir práticas informais e diferenças no nível e tipo de participação, considerando características individuais e o país de residência.

Palavras-chave: crianças e jovens, cidadania digital, participação cívica, literacia mediática/digital.

Youth digital citizenship in three European countries: profiles of online civic (non)participation

Abstract This paper aims to contribute to the study of youth’s digital citizenship through the development of a typology of (non) civic online participation which includes issues related to the search of informational content, participation in news coverage, and perceptions on media and digital literacy. From a multivariate statistical analysis of the “EU Kids Online” survey (2017-2019) in three European countries, we identified three profiles which attributes allow us to discuss informal practices and differences in the level and kind of participation, considering individual characteristics and the country of residence.

Keywords: children and youth, digital citizenship, civic participation, media and digital literacy.

Citoyenneté numérique des jeunes en trois pays européens: profils de (non)participation civique en ligne

Resumé Cet article vise contribuer à l’étude de la citoyenneté numérique des jeunes, à travers la construction d’une typologie de (non) participation civique en ligne qui inclut des questions comme la recherche de contenu informationnel, la couverture de l’actualité et des perceptions sur l’alphabétisation numérique. À partir d’une analyse statistique multivariée de l’enquête “EU Kids Online” (2017-2019) sur trois pays européens, on identifie trois profils dont les attributs nous permettent de discuter les pratiques informelles et les différences de niveau et de type de participation, compte tenu des caractéristiques individuelles et du pays de résidence.

Mots-clés: enfants et jeunes, citoyenneté numérique, participation civique, alphabétisation numérique.

Ciudadanía digital juvenil en tres países europeos: perfiles de (no) participación cívica en línea

Resumen Este artículo busca contribuir al estudio de la ciudadanía digital de los jóvenes a través de la elaboración de una tipología de (no) participación cívica en línea que inclui temas cómo la búsqueda de contenidos informativos, cobertura de noticias y percepciones sobre alfabetización mediática y digital. A partir de un análisis estadístico multivariado de la encuesta “EU Kids Online” (2017-2019) en tres países europeos, identificamos tres perfiles cuyos atributos nos permiten discutir prácticas informales y diferencias en el nivel y tipo de participación, considerando características individuales y país de residencia.

Palabras-clave: niños y jóvenes, ciudadanía digital, participación cívica, alfabetización mediática y digital.

Introdução

Através de uma multiplicidade de plataformas e dispositivos, o contexto digital tem intensificado, ao longo da última década e meia, as oportunidades para procurar informações, acompanhar interesses e explorar o engajamento cívico. No caso das crianças e jovens, a questão adquire um significado ampliado na medida em que estes meios se apresentam como a forma privilegiada — senão mesmo a única — de participarem civicamente. Com efeito, os meios digitais parecem estar mais adaptados ao modo como os jovens comunicam entre si e se relacionam com informação e interesses específicos, tendencialmente de maneira mais fluida, interconectada e personalizada (Loader, Vromen e Xenos, 2014), constituindo a forma ambicionada (e provável) de o fazerem.

Tal acontece, por um lado, devido às características do sistema político institucional, que define limites etários mínimos para o exercício de certos direitos (como é o caso do voto), restringindo deste modo a participação cívica (Wyness, 2018). Por outro, pelo aparente desinteresse e desmobilização dos jovens relativamente à política institucional (Loader, 2007; Olsson e Dahlgren, 2010). Esta última questão é geralmente debatida a propósito dos jovens (Collin, 2015; Kitanova, 2019), sobretudo a partir da maioridade, e menos a respeito das crianças e dos adolescentes, centrando-se as preocupações, neste caso, em torno do problema dos direitos e cidadania (Jans, 2004; MacNaughton, Hughes e Smith, 2007).

Em todo o caso, os usos e as potencialidades oferecidas pelos média digitais têm desafiado o conceito de cidadania, alargando o seu âmbito à *cidadania digital*, expressão que está longe de acolher consenso quanto à sua definição (Isin e Ruppert, 2015). Numa aceção ampla, a noção de cidadania digital confunde-se com o próprio uso dos meios digitais, independentemente do seu propósito. Tendencialmente, explora-se o direito de acesso e utilização dos conteúdos *online* e não, especificamente, os usos para fins participativos ou ativistas (Emejulu e McGregor, 2019). De modo a explorar a amplitude e complexidade do conceito de cidadania digital, tem sido destacada a sua *multidimensionalidade* (Choi, 2016). Esta perspetiva, para além de uma dimensão mais evidente ligada à *participação* e ao *engajamento* cívico e político, considera igualmente dimensões sobre *literacia mediática e informacional*, *ética* e ainda *resistência crítica* (*idem*).

Neste artigo propomo-nos analisar as práticas de cidadania digital dos jovens, adaptando parte da aceção multidimensional do conceito referida (Choi, 2016). Deste modo, consideramos não apenas práticas de participação cívica *online*, mas igualmente a procura de informação, a apreciação da mesma, bem como a criação de conteúdos próprios de teor informativo. Pretendemos examinar práticas informais e não institucionais que tomam os meios digitais como ferramenta para a intervenção cívica e a auto-perceção de determinadas competências críticas relativas à informação procurada *online*, por parte de crianças e jovens europeus. Que perfil de participação — e não participação — emerge dos resultados analisados, tendo em conta as diferenças contextuais identificadas entre países? Como se caracteriza a cidadania digital destes jovens, atendendo às dimensões de participação definidas? Que variações encontramos de acordo com a idade, o género e os países considerados?

Para responder a estas questões, partimos dos resultados do inquérito europeu “EU Kids Online” (2017-19), incidindo esta análise sobretudo nas questões do módulo do questionário dedicado à cidadania digital, em três dos 19 países participantes (Alemanha, Estónia e Portugal) na faixa etária dos 13-17 anos.

Participação cívica e cidadania digital entre jovens: definindo o problema

O modo como pensamos a participação cívica e a cidadania dos jovens depende em grande medida do modo como definimos o âmbito destes termos. Desejamos considerar todos os comportamentos levados a cabo por determinados indivíduos no seu papel enquanto cidadãos como atos participativos ou unicamente aqueles que se referem à esfera política? Devemos ter em conta apenas o domínio da política institucional ou também práticas informais e de contestação ao próprio sistema? Estas distinções são tanto mais relevantes quanto, a respeito dos jovens, poderão ser invocadas para traçar diagnósticos de natureza oposta acerca do seu envolvimento cívico (Banaji e Buckingham, 2013).

Na leitura habitual, os jovens surgem associados a um baixo nível de participação, sendo geralmente tidos como apáticos, desengajados e pouco mobilizados do ponto de vista cívico e político (Loader, 2007; Loader, Vromen e Xenos, 2014) ou, no melhor dos casos, o seu comportamento político é tido como “incerto” (Collin, 2015). Esta é, porém, uma visão normativa que se baseia predominantemente na política institucional, negligenciando a perspetiva dos jovens sobre a política e as suas “experiências subjetivas de transição enquanto cidadãos” (*idem*: 2). Noutra interpretação, mais ampla, podemos considerar igualmente práticas informais que ocorrem numa esfera de intervenção cívica não institucional (Dahlgren, 2009; Olsson e Dahlgren, 2010). Esta aceção apresenta a vantagem de entender como “políticas” formas de ação que dizem respeito a outros domínios da vida social (da economia à cultura), embora possa correr o risco de considerar “tudo” como político (Pitti, 2018).

Em todo o caso, a preferência da juventude por práticas informais e “não convencionais” tem sido geralmente acompanhada pela diminuição do interesse por formas de envolvimento político convencionais (Pitti, 2018). Assim, o sentimento de alienação da política institucional por parte dos jovens seria compensado por uma viragem para formas de participação geradas pelos próprios, que têm sido designadas como *Do It for Ourselves* (Pickard, 2019: 57).

Neste sentido, o aparente declínio da participação política e cívica institucional estaria a ocultar a capacidade da atual geração para agir relativamente a causas acerca das quais se preocupa (Collin, 2015: 8). Veja-se, por exemplo, o caso das recentes greves climáticas estudantis e a visibilidade alcançada por Greta Thunberg enquanto figura emblemática do ativismo juvenil. Tal implica uma viragem de conceção de uma cidadania centrada nas instituições e formas tradicionais de participação para uma cidadania centrada em causas e reivindicações (Sloam, 2016).

Esta é uma perspetiva marcada por aquilo que tem sido assinalado como a capacidade de “autoatualização cívica” dos jovens (Bennett, 2007; Loader, Vromen e Xenos, 2014), mediante a qual estes procuram ações personalizáveis e que tendem a cruzar-se com outros aspetos da sua vida (como os grupos de amigos), superando com isso barreiras (geográficas, temporais, etc.) associadas a formas de comunicação e organização tradicionais (Collin, 2015: 39). Desta forma, o que distinguiria os estudos centrados nos jovens de outras abordagens com enfoque mais normativo e restritivo seria a capacidade de considerar as suas próprias conceções e experiências de participação.

O que dissemos até ao momento a respeito dos jovens aplica-se, na generalidade, também às crianças. Contudo, a alteração da faixa etária levanta um conjunto de problemas particulares. O primeiro prende-se com o facto de várias formas de intervenção política e cívica estarem vedadas a quem não atingiu determinada idade, excluindo os mais novos da possibilidade de intervir socialmente (Trevisan, 2012). Tal acontece num conjunto de situações, como a possibilidade de votar, fazer parte de um partido político ou ser responsabilizado criminalmente, que se apoiam no estabelecimento de limites etários que variam de acordo com o país.

Um segundo problema refere-se à necessidade de proteção e à maior dependência dos mais jovens, encontrando-se, por isso, sob a alçada mais apertada de diversas instituições (escola, família, etc.). As crianças e os jovens tendem a ser vistos como “cidadãos em formação” (*citizens in the making*) ou em processo de se tornarem cidadãos, em vez de o serem efetivamente (Collin, 2015: 6). Assim, os direitos participativos das crianças e adolescentes, incluindo o direito a “ter voz” em relação a assuntos que lhes dizem respeito, são habitualmente organizados em contextos institucionais e normativos definidos pelos adultos (Wyness, 2018). Contudo, dada a multiplicidade de instituições envolvidas nesta socialização cívica e política, existe o risco de gerar “desconexão” entre, por um lado, o que seriam as diferentes expectativas, discursos e práticas institucionais e normativas e, por outro, o modo como os jovens procuram (e pretendem) concretizar o seu envolvimento cívico e político, tendo em conta o seu entendimento de participação (Collin, 2015: 4).

Neste contexto, o uso da internet e de outros meios digitais veio dar um novo alento ao debate sobre participação e juventude, refletido na literatura (Banaji e Buckingham, 2013; Dahlgren e Olsson, 2007; Livingstone, 2009; Olsson e Dahlgren, 2010). As tecnologias digitais parecem adaptar-se ao modo como os jovens procuram e partilham informação, tendencialmente de forma mais fluida e personalizada, sugerindo uma mudança de paradigma na maneira como as novas gerações expressam o seu envolvimento cívico e político (Loader, Vromen e Xenos, 2014). Deste modo, os supostos obstáculos à participação — sobretudo os que advêm da política tradicional — ver-se-iam mitigados perante a possibilidade de utilizar a internet e outros recursos digitais como meios mais informais e flexíveis de participação cívica, proporcionando envolvimento político de natureza não hierárquica e descentralizada.

Qual, então, o impacto da utilização de meios digitais na definição de cidadania? Que tipo de “sujeito político” tem emergido através da internet? (Isin e Ruppert, 2015: 4). A figura dominante do cidadão digital — em geral e também

aplicável aos jovens — tem sido a do “recetor de direitos”, não a de um cidadão que se envolve na participação e ativismo para reivindicar direitos que podem nem sequer existir (*idem*). Este último sentido implicaria distanciarmo-nos de um modelo assente em *direitos* para nos focarmos num modelo centrado na *agência*.

Para alguns autores, a simples utilização de meios digitais *online* e a capacidade de tirar partido destes — participando desta forma na “sociedade digital” — seria uma condição suficiente para falarmos de cidadania digital, sendo considerados “cidadãos digitais” todos aqueles que utilizassem a internet “de forma regular e eficaz” (Mossberger, Tolbert e McNeal, 2007: 1). Nesta definição, a questão não se coloca apenas ao nível do (direito de) acesso à internet, mas, sobretudo, no que respeita aos usos e competências para tirar partido desse recurso, o que remete para “desigualdades digitais” (DiMaggio *et al.*, 2004; Hargittai, 2008; Van Dijk, 2006) no aproveitamento das oportunidades oferecidas *online* (Mascheroni e Ólafsson, 2015).

Há algum tempo que os estudos têm assinalado que os usos da internet se diversificam e tornam mais complexos com a idade (Livingstone, 2009). Com efeito, é identificada uma “escada de oportunidades” (Livingstone e Helsper, 2007), ao longo da qual os usos se vão diversificando e complexificando, que vai sendo trepada à medida que as crianças se aproximam da adolescência, passando a incluir atividades participativas e criativas. Contudo, como também tem sido notado, as atividades mais comuns continuam a ser as ligadas ao entretenimento e à comunicação (Livingstone e Haddon, 2009; Smahel *et al.*, 2020), revelando que, apesar de poderem fazer usos mais participativos, a grande maioria não parece realizá-los (Livingstone e Haddon, 2009). Em todo o caso, a ausência de competências poderá ser entendida como uma limitação ao próprio “direito” de participar como cidadão em ambientes digitais (Livingstone, Mascheroni e Staksrud, 2018).

Para além de desigualdades sociais de acesso aos média e literacia mediática, importa considerar que a agência na participação cívica e política se desenvolve num contexto cultural mais abrangente (Dahlgren, 2011), e que existem diversas tradições de participação cívica e política que potenciam (ou não) a participação de crianças e jovens. Estudos comparativos têm explorado como variáveis ligadas ao país de residência podem explicar diferenças na participação política (Sloam, 2016; Kitanova, 2019), em particular culturas de engajamento cívico e político ou a maturidade democrática do país.

Tendo em conta as complexidades que envolvem a relação entre participação cívica e meios digitais, Choi (2016) propõe um conceito multidimensional de cidadania digital que contempla quatro categorias centrais. Uma primeira categoria — ética — diz respeito a questões relacionadas com o uso ético, seguro, responsável e apropriado da tecnologia. Uma segunda categoria diz respeito à literacia mediática e informacional, incluindo competências e capacidades para aceder, usar, criar e avaliar informações e também comunicar com outras pessoas *online*. Uma terceira categoria corresponde especificamente à participação e ao envolvimento, e inclui participação *online* de natureza política, económica e cultural. Finalmente, uma quarta categoria contempla a resistência crítica — relacionando-se com participação mais criativa e de natureza subversiva, seja por via da crítica às estruturas de poder que exploram situações não controladas *online*, seja por via do ativismo

político utilizando as redes sociais. Estas são categorias que se complementam, podendo existir igualmente alguma sobreposição entre elas. Foram pensadas para orientar heurísticamente a pesquisa sobre cidadania digital, cobrindo as suas diferentes facetas, algumas habitualmente não consideradas de forma integrada.

Não pretendemos explorar completamente as implicações desta proposta, sinteticamente aqui apresentada, porém parece-nos que tem o mérito de ser suficientemente ampla e flexível para poder ser adaptada a diferentes contextos de pesquisa. As categorias definidas contemplam aspetos com implicações normativas, mas também críticas, situando-se na convergência entre áreas (da “literacia digital” à “participação política”). Subentende também diferentes níveis de pensar o envolvimento com os meios digitais — das competências digitais à utilização dos meios *online* como terreno de intervenção e ativismo.

Neste artigo, iremos explorar sobretudo a segunda e terceira categorias, dado que conseguimos estabelecer correspondência entre as questões do questionário sobre cidadania e os aspetos subentendidos nestas dimensões. A adaptação específica destas questões, enquanto indicadores, é feita na secção seguinte, onde damos conta da metodologia adotada.

Metodologia

Partimos dos dados do inquérito “EU Kids Online” (2017-19), aplicado a crianças e jovens entre os 9 e os 17 anos que usam a internet em 19 países europeus (num total de 25.101 inquiridos). Este inquérito pretendeu, no seguimento de esforços anteriores (Livingstone *et al.*, 2011; Ponte *et al.*, 2012; Simões *et al.*, 2014), caracterizar os padrões de usos das tecnologias e as consequentes experiências positivas ou negativas (Smahel *et al.*, 2020). Para além do questionário geral, que inclui questões sobre acesso à internet, práticas e competências, riscos e oportunidades e mediação do uso, foram desenvolvidos módulos temáticos opcionais, entre os quais o de cidadania digital.

Nesta análise específica, que se centra na caracterização da participação cívica *online* dos jovens, iremos incidir predominantemente sobre este módulo, adotado por cinco dos 19 países participantes. Para maximizar a comparabilidade dos dados das perguntas selecionadas, centrar-nos-emos em três países e na faixa etária dos 13-17 anos.¹ No total, estamos perante 1725 casos: 594 de Portugal, 601 da Alemanha e 530 da Estónia.

A aplicação do questionário² em cada país foi assegurada pela equipa nacional ou por uma empresa contratada por esta. Foram utilizados diferentes métodos de amostragem e de inquirição, embora tenham sido definidos critérios comuns, como a idade, o sexo, a região e áreas rurais/urbanas, para garantir a representatividade de

1 A Lituânia e a Finlândia também adotaram este módulo do questionário, mas optámos por não considerar estes países na análise uma vez que o primeiro só aplicou algumas das perguntas e o segundo não inquiriu jovens de 17 anos e tinha problemas de representatividade na amostra.

2 Que decorreu, nos países em causa, entre março de 2018 e julho de 2019.

cada amostra nacional.³ Na Alemanha e na Estónia, o processo de amostragem foi realizado a partir dos domicílios, enquanto em Portugal foi realizado por via das escolas; em todos os países as crianças e jovens preencheram o questionário sozinhos num computador.

Explorando este vasto conjunto de dados, o intuito deste artigo é o de sugerir uma tipologia de (não) participação cívica *online*. Esta tipologia pretende ir além das questões sobre práticas de participação cívica, como a adesão a campanhas, protestos, petições ou debate *online* sobre problemas sociais ou políticos, a fim de incluir também formas de engajamento mais personalizadas, orientadas por interesses próprios (como escrever num blogue). Todas estas questões remetem para a dimensão de *participação e envolvimento* proposta por Choi (2016) para o conceito de cidadania digital. Além disso, incluímos aspetos associados à dimensão de *literacia mediática e informacional*, em particular a produção de conteúdos noticiosos sobre temas políticos, a autoperceção sobre competência de literacia digital e a consideração da utilidade de conselhos sobre cidadania digital (que revela, também, a perceção sobre o grau de competência para aceder e avaliar informação *online*). Tendo em conta esta aceção ampla do conceito, interessa-nos caracterizar a cidadania digital destes jovens europeus, bem como averiguar potenciais diferenças de acordo com a idade, o género ou o país considerado.

Com o objetivo de construir essa tipologia, realizámos, com recurso ao programa IBM SPSS (versão 26), uma análise multivariada em dois níveis. Primeiro, foi desenvolvida uma análise de correspondências múltiplas (ACM) de forma a considerar a participação cívica *online* através de uma abordagem multidimensional e analisar o sistema de relações entre os indicadores selecionados (Carvalho, 2008). Para a definição das dimensões que estruturam o espaço fatorial em análise, foram observadas as medidas de discriminação das variáveis (que quantificam a sua variância por dimensão) e as variáveis que mais contribuem para explicar a variância de cada uma das dimensões.

Num segundo momento, a posição de cada indivíduo nos dois eixos que compõem o plano fatorial, definida pelos *scores*, foi utilizada numa análise de *clusters*, que permite agrupar os inquiridos em grupos distintos entre si e internamente homogêneos. Coexistindo no mesmo espaço topológico, construído pela ACM, estes grupos de indivíduos, que constituem a tipologia (Carvalho, 2008), diferem quanto às suas práticas de participação cívica. Foi depois analisada a distribuição de diversas variáveis nestes grupos, tendo para o efeito sido aplicado o teste do qui-quadrado e indicada a sua significância. Nas distribuições de frequência por país, foram usados os dados válidos e ponderados.⁴

3 As amostras em cada país, tendo em conta esses critérios, visam garantir a representatividade na população nacional, isto é, os jovens de 9-17 anos que usam a internet — para mais informação, consultar o relatório técnico (Zlamal *et al.*, 2020).

4 A ponderação é uma técnica de correção estatística utilizada para melhorar a precisão das estimativas do questionário tendo em conta a distribuição populacional de cada país relativamente aos critérios sexo, idade, nível de ensino e região. Para mais especificações, consultar o relatório técnico (Zlamal *et al.*, 2020).

Definindo perfis de participação cívica *online* entre jovens: resultados do inquérito “EU Kids Online” (2017-19)

De maneira a identificar padrões de participação cívica digital via ACM foram consideradas nove variáveis, que contemplam cinco dimensões (cujas medidas descritivas se encontram no quadro 1).

Uma primeira dimensão — participação cívica e debate *online* — inclui dois indicadores que procuraram medir a frequência com que os inquiridos realizam atividades relacionadas com a participação *online*: (1) participação em campanhas, protestos ou assinatura de petições; (2) discussão de questões políticas ou sociais com outras pessoas. Dadas as baixas percentagens de respostas às categorias de maior frequência, bem como a relativa inadequação da escala utilizada para este tipo de atividades,⁵ esta foi transformada em duas categorias, de realização ou não realização da atividade. A segunda dimensão — procura de notícias *online* — decorre também de uma escala de frequência transformada em duas categorias.⁶

A terceira dimensão — participação na cobertura noticiosa — foi aferida a partir de dois itens em que se solicitava aos inquiridos que declarassem se costumavam (1) escrever num blogue sobre notícias ou temas políticos e (2) participar numa campanha ou num grupo que discute um assunto noticioso.

A quarta dimensão compreende itens relativos à consideração da utilidade dos conselhos obtidos sobre participação cívica. Os inquiridos foram questionados sobre a frequência com que no último ano se depararam com situações em que diferentes conselhos lhes foram úteis, entre os quais conselhos sobre (1) oportunidades de participação cívica *online*, (2) como obter informação *online* sobre questões políticas e (3) como distinguir notícias verdadeiras de notícias falsas. De uma escala original de cinco valores,⁷ estes indicadores foram dicotomizados.

Finalmente, foi tida em conta uma dimensão de autoperceção sobre competência de literacia digital, a partir de um indicador em que os inquiridos se posicionavam numa escala de Likert sobre a sua concordância com a frase “é fácil para mim verificar se a informação que encontro *online* é verdadeira” (recodificada em três categorias).⁸

Os resultados apontam para a identificação de três padrões de participação organizados por duas dimensões (ver anexo). A primeira remete para a consideração

5 A pergunta do questionário averiguava sobre um largo conjunto de atividades, sob uma mesma escala de cinco pontos (“nunca”, “quase nunca”, “pelo menos uma vez por semana”, “todos os dias ou quase” e “quase todo o tempo”). Sendo as categorias de frequência pertinentes para atividades mais comuns, são questionáveis para atividades como assinaturas de petições.

6 A escala original é a mesma das variáveis anteriores, mas neste caso optámos por juntar as categorias “nunca” e “quase nunca” e distingui-las das restantes, por ser uma atividade de natureza distinta das anteriores.

7 A escala original era a seguinte: “nunca”, “poucas vezes”, “pelo menos todos os meses”, “pelo menos todas as semanas” e “diariamente ou quase”. As duas últimas categorias tinham pouca expressão em qualquer uma das três perguntas. Tendo os ensaios da ACM revelado a pouca discriminação da categoria “poucas vezes”, optámos por recodificar a variável e juntá-la à categoria inferior.

8 As categorias originais da escala eram “não é verdade”, “pouco verdade”, “mais ou menos verdade”, “quase verdade” e “mesmo verdade”.

Quadro 1 Medidas descritivas das variáveis de *input* da ACM

	Variáveis	Categorias	%
Participação cívica e debate <i>online</i>	Participação em campanhas, protesto ou petição <i>online</i>	Não Sim	73,8 26,2
	Discussão problemas sociais/ políticos <i>online</i>	Não Sim	61,2 38,8
Procura de notícias <i>online</i>	Procurar notícias <i>online</i>	Nunca/ quase nunca Pelo menos 1 vez por semana	42,9 57,1
Participação na cobertura noticiosa	Escrever num blogue sobre notícias ou temas políticos	Não Sim	97,0 3,0
	Participar numa campanha ou num grupo que discute assunto noticioso	Não Sim	92,6 7,4
Consideração da utilidade de conselhos sobre participação cívica	Conselhos sobre oportunidades de participação cívica <i>online</i>	Nunca/ poucas vezes Pelo menos todos os meses	80,3 19,7
	Conselhos sobre como ter informação <i>online</i> sobre questões políticas	Nunca/ poucas vezes Pelo menos todos os meses	79,2 20,8
	Conselhos sobre como distinguir notícias verdadeiras de falsas	Nunca/ Poucas vezes Pelo menos todos os meses	69,6 30,4
Autoperceção sobre competência de literacia digital	É fácil para mim verificar se a informação que encontro <i>online</i> é verdadeira	Não é / pouco verdade Mais ou menos verdade Quase/ mesmo verdade	14,0 25,7 60,3

Fonte: "EU Kids Online" (2017-19).

da utilidade (ou não) de conselhos sobre cidadania digital. A segunda diz respeito à participação cívica *online* (ou ausência da mesma), através de campanhas, protestos ou petições, discussões de problemas sociais/políticos ou procura de notícias, bem como a autoperceção de competência de literacia digital. As variáveis sobre participação na cobertura noticiosa — que, como se vê no quadro 1, se concentram numa só categoria — apresentam medidas de discriminação muito baixas em ambas as dimensões, mas foram mantidas por pertinência teórica e por permitirem esclarecer os resultados alcançados, como veremos adiante.

O plano fatorial, onde se encontram projetadas todas as categorias das variáveis em análise, está representado na figura 1. Do lado direito da primeira dimensão surgem associadas as categorias respeitantes à consideração de falta de utilidade de conselhos sobre cidadania digital, à não participação, e a uma autoperceção de competência de literacia digital fraca a moderada. Do lado esquerdo da dimensão 1, surgem dois padrões em polos opostos da dimensão 2. De um lado, aquele que se restringe à consideração de utilidade de conselhos sobre cidadania digital, próximo, em termos da dimensão 2, das categorias de não participação. Do outro, o que junta categorias de participação, através de campanhas, protestos ou petições *online*, discussões, mas também procura de notícias e autoavaliação positiva de competência de literacia digital. Este padrão encontra-se relativamente próximo dos indicadores sobre participação na cobertura noticiosa.

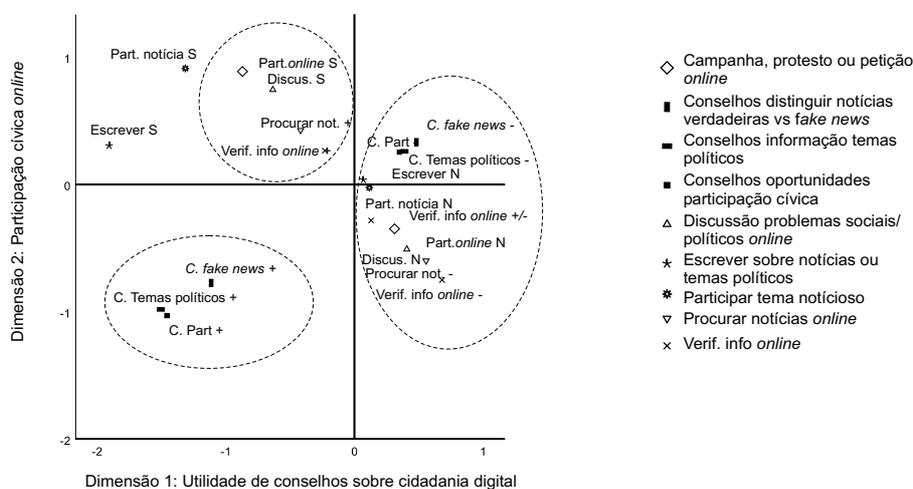


Figura 1 Disposição de perfis de participação cívica online

A partir destes resultados, classificaram-se os inquiridos em três grupos, através de uma análise de *clusters*.⁹ No quadro 2 apresentam-se as medidas descritivas das variáveis que contribuíram para a definição de perfis por *cluster*, descrevendo os perfis de participação cívica online.

O *cluster 1* ($n = 503$, 29% da amostra) é composto por aqueles que mais declaram participar civicamente online, quer em campanhas, protestos ou petições (62%), em discussões sobre problemas sociais ou políticos (88%) ou na procura de notícias (91%). São também aqueles que mais confiança têm relativamente à capacidade de distinguir notícias verdadeiras de *fake news* (77% declaram ser quase ou mesmo verdade ser fácil para eles fazer essa distinção) e os que mais participam em campanhas ou grupos que discutem assuntos noticiosos (16%). Optámos por nomeá-lo como “participantes digitais informados”.

O *cluster 2* ($n = 323$, 19%) reúne aqueles que mais declararam ter estado numa situação em que poderiam beneficiar de conselhos sobre cidadania digital — 81% sobre oportunidades de participação, 87% sobre como obter informação online sobre questões políticas e 96% sobre como distinguir notícias verdadeiras de falsas — e que mais escrevem sobre notícias ou temas políticos (9%), para além de participarem em campanhas ou grupos que discutem temas noticiosos, embora em menor peso que os do primeiro grupo (11%). Apelidámo-los “entusiastas noticiosos apoiados”.

Finalmente, o *cluster 3*, não surpreendentemente o mais numeroso ($n = 899$, 52%), é aquele que reúne os jovens que menos participam civicamente e os que parecem menos interessados em fazê-lo. Designámo-los “civicamente desmobilizados e

⁹ Após terem sido testados os métodos Ward e Complete Linkage e ter-se decidido pela definição de três *clusters*, o que confirmava a análise por correspondências múltiplas, a classificação dos grupos foi feita com recurso ao método não hierárquico K-means.

Quadro 2 Medidas descritivas das variáveis na base dos perfis de participação por *cluster* (%)

	<i>Cluster 1:</i> Participantes digitais informados (n=503)	<i>Cluster 2:</i> Entusiastas noticiosos apoiados (n=323)	<i>Cluster 3:</i> Civicamente desmobilizados e desinteressados (n=899)
Participação em campanha, protesto ou petição <i>online</i>			
Não	37,7	69,2	95,6
Sim	62,3	30,8	4,4
Discussão problemas sociais/ políticos <i>online</i>			
Não	12,5	54,8	90,3
Sim	87,5	45,2	9,7
Procurar notícias <i>online</i>			
Nunca/ quase nunca	9,1	32,4	65,8
Pelo menos uma vez por semana	90,9	67,6	34,2
Escrever num blogue sobre notícias ou temas políticos			
Não	95,7	91,2	99,7
Sim	4,3	8,8	0,3
Participar numa campanha ou num grupo que discute assunto noticioso			
Não	84,2	88,6	98,8
Sim	15,8	11,4	1,2
Conselhos sobre oportunidades de participação cívica			
Nunca/ poucas vezes	93,6	19,4	96,6
Pelo menos todos os meses	6,4	80,6	3,4
Conselhos sobre como ter informação online sobre questões políticas			
Nunca/ poucas vezes	92,2	12,7	97,8
Pelo menos todos os meses	7,8	87,3	2,2
Conselhos distinguir notícias verdadeiras de falsas			
Nunca/ poucas vezes	81,8	4,1	88,5
Pelo menos todos os meses	18,2	95,9	11,5
É fácil para mim verificar se informação que encontro <i>online</i> é verdadeira			
Não é verdade/ é pouco verdade	3,1	9,3	21,9
Mais ou menos verdade	20,4	26,5	28,5
Quase/ mesmo verdade	76,5	64,2	49,6

Fonte: Inquérito "EU Kids Online" (2017-19).

desinteressados”. Mais de 90% não participam em campanhas, protestos ou petições ou discutem problemas sociais ou políticos *online*; embora um terço procure notícias pelo menos uma vez por semana, a grande maioria nunca ou quase nunca o faz; é residual o número dos que participaram de alguma forma na cobertura noticiosa. Além disso, são os que menos afirmam ter estado numa situação em que conselhos sobre participação política lhes foram úteis (aproximando-se, neste aspeto, do *cluster* 1), apesar de serem também aqueles que menor confiança revelam relativamente à sua competência de literacia digital.

Caracterizando os perfis

Procuramos agora caracterizar os *clusters* criados. Em relação à idade (ver quadro 3),¹⁰ constata-se que o grupo de não participação (*cluster* 3) concentra uma maior percentagem dos mais novos (51%, para 43% no *cluster* 2 e 28% no *cluster* 1). No *cluster* 2, são os dois grupos mais jovens aqueles com maior peso (43% de 13-14 anos e 36% de 15-16 anos). O grupo 1 é aquele que apresenta uma distribuição mais equilibrada, sendo os jovens de 15-16 anos aqueles que obtêm maior expressão (40%), seguidos dos mais velhos (32%).

No caso do sexo (ver quadro 3), a distribuição pelos três grupos é similar,¹¹ embora eles tenham um peso maior nos grupos de participação (53% para 47% no *cluster* 1, e 51% para 49% no *cluster* 2).

Considerando as variações por contexto nacional, verifica-se que, em todos os países, o maior peso de inquiridos está no grupo “civicamente desmobilizados e desinteressados” (quadro 4), embora a percentagem seja claramente superior na Alemanha (63%). Na Estónia, os inquiridos dividem-se entre esse grupo (50%) e o grupo dos “participantes digitais informados” (45%), que nos restantes países não chega a um terço. Em Portugal, observa-se um relativo equilíbrio entre o grupo de não participação (40%) e o dos “entusiastas noticiosos apoiados” (37%).

A distribuição das variáveis demográficas pelos países consoante os *clusters* (figura 2) revela algumas diferenças em relação ao padrão global. No caso do sexo, observa-se que, ao contrário dos outros dois países, na Alemanha o peso de raparigas nos grupos de participação é ligeiramente superior (53% para 47% no grupo 1 e 52% para 48% no grupo 2). Portugal é o país com diferenças de género mais expressivas, especialmente nos grupos 1 (61% rapazes para 39% raparigas) e 3 (43% rapazes para 57% raparigas).

No que toca à idade, o padrão global reportado para o *cluster* de não participação confirma-se nos três países, com maiores percentagens de jovens de 13-14 anos (56% na Estónia, 48% na Alemanha e 41% em Portugal). No *cluster* de participação, as percentagens mais expressivas são as dos jovens de 15-16 anos no caso da Alemanha (43%) e Estónia (38%), enquanto em Portugal há um peso muito semelhante dos jovens

10 Relação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 82,028, p < 0,001$).

11 A relação entre as variáveis não é estatisticamente significativa.

Quadro 3 Idade e sexo por Cluster (%)

	Cluster 1 Participantes digitais informados (n=503)	Cluster 2 Entusiastas noticiosos apoiados (n=323)	Cluster 3 Civicamente desmobilizados e desinteressados (n=899)
13-14 anos	28,4	43,3	50,9
15-16 anos	40,0	35,9	33,7
17 anos	31,6	20,7	15,4
Total	100,0	100,0	100,0
Rapaz	53,3	51,4	49,5
Rapariga	46,7	48,6	50,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito EU Kids Online (2017-19).

Quadro 4 Cluster por país (%)

	Alemanha	Estónia	Portugal
Cluster 1: Participantes digitais informados	24,2	44,7	22,6
Cluster 2: Entusiastas noticiosos apoiados	13,3	5,7	37,2
Cluster 3: Civicamente desmobilizados e desinteressados	62,5	49,6	40,2
Total	100,0	100,0	100,0

Nota: A relação entre as variáveis é estatisticamente significativa ($Qui^2 = 243,478$, $p < 0,001$).

Fonte: Inquérito EU Kids Online (2017-19).

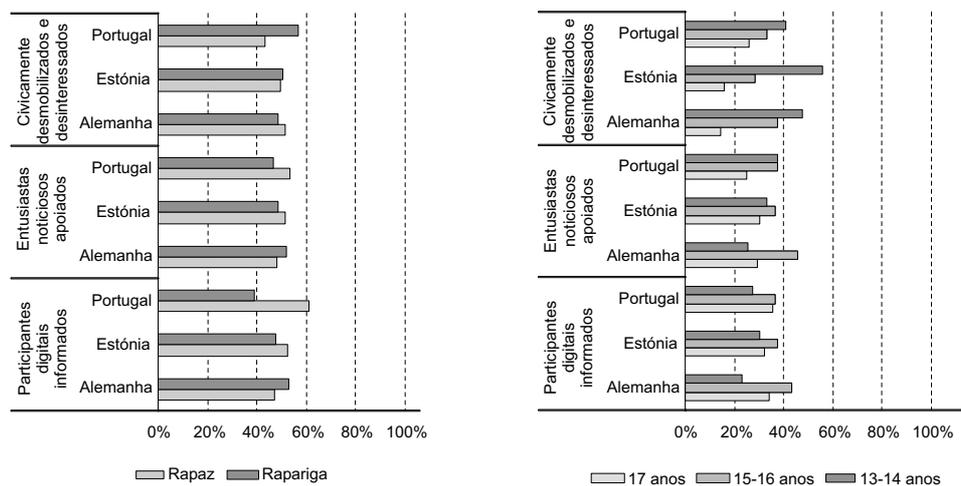


Figura 2 Cluster por idade e sexo, segundo os países %

Fonte: Inquérito "EU Kids Online" (2017-19).

Quadro 5 Compreensão e conhecimento de questões políticas e interesse por notícias por *cluster* (%)

	<i>Cluster 1</i> Participantes digitais informados (n=503)	<i>Cluster 2</i> Entusiastas noticiosos apoiados (n=323)	<i>Cluster 3</i> Civicamente desmobilizados e desinteressados (n=899)
Compreensão questões políticas importantes do país**			
Discorda	22,5	24,4	47,7
Nem concorda nem discorda	29,2	31,1	27,6
Concorda	48,3	44,6	24,7
Considera-se bem qualificado para compreender discussões políticas**			
Discorda	22,0	30,4	54,4
Nem concorda nem discorda	27,4	30,7	24,2
Concorda	50,6	39,0	21,5
Interesse por notícias políticas*			
Não interessado	38,7	44,2	44,4
Algo interessado	33,3	27,1	13,7
Muito/ extremamente interessado	28,0	28,7	41,9
Interesse por notícias sobre região, cidade ou localidade de residência*			
Não interessado	30,9	29,8	27,6
Algo interessado	40,8	32,7	39,5
Muito/ extremamente interessado	28,3	37,5	32,9
Procurar notícias**			
Nunca	5,8	11,3	25,1
Poucas vezes / todos os meses	37,3	46,5	44,3
Pelo menos semanalmente	57,0	42,1	30,6

* $p < 0,05$; ** $p < 0,001$.

Nota: todos estes itens resultam de perguntas em que se pedia ao inquirido que se posicionasse numa escala de cinco valores, aqui reduzida a três.

Fonte: Inquérito "EU Kids Online" (2017-19).

de 15-16 anos e dos jovens de 17 (37% para 36%). No caso do *cluster 2*, verifica-se o maior peso dos grupos mais novos nos três países, mas enquanto na Estónia e sobretudo na Alemanha se destaca o dos 15-16 anos (37% e 46% respetivamente), em Portugal têm um peso similar (37% e 38%).

Observemos agora algumas variáveis acerca da compreensão e conhecimento sobre questões políticas (quadro 5). No *cluster 1*, cerca de metade dos jovens descreve-se como competente para compreender as questões e discussões políticas, precisamente o contrário do que ocorre no *cluster 3*. No *cluster 2*, dividem-se entre a concordância com esta característica (45% e 39%) e a posição neutra (cerca de 30%).

No que toca ao interesse por notícias, é de destacar no *cluster 2*, aquele dos "entusiastas noticiosos apoiados", o peso de jovens que se declara não interessado

por notícias políticas (44%). Essa percentagem é idêntica àquela encontrada entre os jovens desmobilizados, embora um pouco surpreendentemente entre estes haja também 42% muito ou extremamente interessados por estas notícias. No grupo dos jovens participantes, a distribuição é mais equilibrada entre os vários níveis de interesse, mas vai no sentido decrescente (de 39% para 28%). As notícias sobre a região, cidade ou localidade de residência despertam comparativamente maior curiosidade em qualquer um dos grupos, sendo os grupos 1 e 3 aqueles em que mais jovens declaram “algum interesse” (cerca de 40%), enquanto no segundo 38% afirmam estar muito ou extremamente interessados neste tipo de notícias.

Em termos de procura de notícias (políticas e não só, *online* e *off-line*), é comum aos três grupos o menor peso de jovens que afirmam não desenvolver essa atividade. Ela é mais frequente entre os jovens do primeiro grupo, seguido do segundo grupo e finalmente do terceiro.

Discussão e conclusão

Os indicadores considerados nesta análise foram diversificados, permitindo-nos ir para além de questões de participação política / envolvimento cívico habitualmente utilizadas, ampliando o âmbito do conceito de cidadania digital. Tal alteração levou-nos a considerar práticas informais de participação, em linha com as discussões teóricas sobre participação da juventude que tendem a destacar a importância dos contextos extrainstitucionais em detrimento de práticas formais, como os atos eleitorais (Dahlgren, 2009; Loader, 2007; Pitti, 2018; Sloam, 2016).

Não obstante, os dados recolhidos revelam globalmente um baixo nível de participação. Com efeito, o perfil de não participação é predominante, contemplando cerca de metade dos jovens. Esta conclusão confirma, na generalidade, resultados de outros estudos realizados junto de jovens (Livingstone *et al.*, 2019), colocando desafios particulares ao entendimento da participação em países democráticos, como os que analisamos, caracterizados por elevados índices de acesso e utilização de meios digitais (Amna e Ekman, 2014; Dahlgren, 2011).

Existem, porém, nuances nos resultados obtidos que importa discutir. Por um lado, a não participação não é o único perfil encontrado, havendo mais dois perfis específicos de participação que convém explicar. Por outro lado, as diferenças dos perfis revelam-nos tendências que variam em função da idade, mas também dos contextos nacionais onde se inserem, remetendo-nos para a “cultura cívica” (Janmaat, 2006) de cada país.

Se os jovens do *grupo 1* são os que mais aderem às práticas participativas *online* mencionadas (incluindo a participação em campanha ou grupo que discute assunto noticioso), mostram-se pouco abertos — quase ao nível dos do *grupo 3* — a oportunidades de aconselhamento, demonstrando um desejo de maior autonomia cívica, provavelmente por serem os que revelam maior autoconfiança sobre as suas competências de literacia digital e o seu conhecimento de assuntos políticos. No entanto, são os mais inclinados a procurar notícias *online*, alimentando assim, por iniciativa pessoal, o seu interesse cívico. Importa referir aqui que a aceção de “notícia” adotada

é ampla, o que talvez explique por que razão a frequência da procura de notícias entre os jovens de todos os grupos seja elevada, mesmo entre os civicamente desmobilizados.

A par do perfil dos “participantes digitais informados”, que corresponde à expectativa de participação informal *online*, identificamos o emergente perfil dos “entusiastas noticiosos apoiados”, que aparenta corresponder a uma cidadania centrada em interesses e causas (Sloam, 2016), mas também a formas de participação mais personalizadas, enquanto “microformas” de envolvimento (Choi, 2016). Esta questão explicaria o seu investimento na escrita de blogues dedicados a notícias e à participação em campanhas ou grupos de discussão, confirmando a internet como um espaço informal de participação onde as crianças/jovens podem exprimir a sua “voz” (Fonseca, 2019). Além disso, são os que se mostram mais disponíveis para ter em conta a utilidade de conselhos de outrem, embora se considerem quase tão competentes como o primeiro grupo para perceber assuntos e discussões políticas. O facto de grande parte deles não se mostrarem interessados por notícias políticas e, por contraste, revelarem interesse considerável por notícias locais, parece indicar que o seu envolvimento é orientado pela proximidade dos assuntos e por interesses próprios, ainda que possam ser expostos a tópicos políticos (Kahne, Lee e Feezell, 2013), refletindo a tendência para a “autoatualização cívica” mencionada anteriormente (Bennett, 2007). Do mesmo modo, este facto sugere a rejeição de temas políticos “tradicionais”, associados à participação política institucional, que se encontra subjacente à categoria “notícias políticas”.

Se os dois perfis anteriores evidenciam que a participação informal é mais diminuta do que tem sido suposto, também revelam a importância de modos específicos de participação que escapam à visão normativa da mesma, salientando o papel diferenciado dos meios digitais nessa participação, que assume diferentes orientações em função dos interesses dos jovens por temas políticos e cívicos. Os dados anteriores indicam ainda que esta participação não pode ser entendida de forma homogénea, conforme mostra o cruzamento dos perfis com as restantes variáveis.

Equacionemos agora as variações por país, que surgem, nesta análise, como variável de aproximação à sua “cultura cívica”, dado que não recolhemos informação adicional sobre a mesma. Os países considerados são, por um lado, específicos e não representativos da Europa — ou de divisões possíveis dentro da mesma — e, por outro lado, apresentam histórias e culturas cívicas particulares, o que sai fora do âmbito deste artigo explorar. Em todo o caso, é evidente o contraste entre um país do sul da Europa, como Portugal, com uma tradição de baixa participação cívica (Cabral, 2014), e um país do centro, como a Alemanha, relativamente ao qual a literatura revela maiores índices de participação política e cívica (Kitanova, 2019; Sloam, 2016). Os dados, porém, não se encontram inteiramente alinhados com a literatura, para além das diferenças internas que se podem observar em cada país.

Com efeito, a Alemanha, geralmente entre os países onde os jovens mais participam politicamente, tanto de modo formal como informal (Sloam, 2016), é o que revela um maior peso de jovens desmobilizados e desinteressados. Do mesmo modo, Portugal, normalmente entre os menos participativos, é o país onde a percentagem de

jovens não participativos é menor e o peso do perfil dos entusiastas noticiosos apoiados é mais notório. A Estónia apresenta valores de participação elevados, contrariando a tendência para baixa participação identificada nas chamadas “novas democracias” (Kitanova, 2019; Mirazchiyski, Caro e Sandoval-Hernández, 2014). Estas aparentes contradições desafiam as conceções preexistentes sobre participação em cada um dos países, impondo prudência na interpretação genérica dos resultados. Em parte, porque os estudos mencionados se referem sobretudo à participação política institucional, mas igualmente, e justamente por isso, porque tendem a não considerar a participação *online*, o que explicaria o desvio em relação à expectativa. Dentro da compreensão mais ampla de cidadania digital, há que destacar a importância de variáveis não usuais incluídas na operacionalização do conceito antes proposta (Choi, 2016): por um lado, a autoperceção sobre competência de literacia digital — mais elevada entre jovens portugueses e estónios —, por outro lado, a procura por notícias *online* (também mais elevada entre os jovens destes dois países). Tal facto repercute-se, no caso dos jovens alemães, no peso reduzido no *cluster* 1, remetendo também, por maioria de razão, para uma maior desmobilização. Não obstante, os jovens alemães que se envolvem politicamente parecem fazê-lo de forma mais autónoma, dado que são os que menos se mostram recetivos a conselhos sobre participação, por contraste com os jovens portugueses e estónios, o que se reflete no seu peso reduzido no *cluster* 2. Importa igualmente notar a relevância da participação em redes sociais entre os jovens, enquanto contextos informais e imprevistos de acesso e partilha de interesses com repercussões políticas e cívicas (Allaste e Saari, 2020; Xenos, Vromen e Loader, 2014). Não por acaso, os jovens portugueses encontram-se entre os que mais tempo despendem nas redes sociais: 67% visita-as diariamente, para 55% dos estónios e 42% dos alemães (Smahel *et al.*, 2020). Aí encontram eventuais oportunidades de participação em causas de seu interesse (em campanhas, protestos, petições, escrita de temas políticos e adesão a causas solidárias) e acesso a notícias sem propriamente as “procurarem”, nomeadamente através das suas redes de amizade (Kahne e Bowyer, 2018).

No que respeita a variáveis individuais, a idade apresenta-se como o fator de variação mais evidente, registando-se maior participação e interesse à medida que a mesma aumenta, confirmando a literatura (Livingstone e Helsper, 2007). Em parte, porque o leque de interesses se vai alargando — seguindo a “escada de oportunidades” referida anteriormente —, mas também porque parece existir um percurso caracterizado especificamente pela cidadania digital, com “degraus” dedicados a atividades e preocupações cívicas. As diferenças de género revelam um interesse ligeiramente menor por assuntos políticos da parte do sexo feminino. O facto de constatarmos esta tendência geral, ainda que ligeira, leva-nos a pensar que determinados modelos culturais persistem mesmo entre as jovens gerações, marcadas por contextos de socialização distintos dos seus pais.

Apesar do contributo teórico e empírico dado, o presente artigo apresenta algumas limitações. Desde logo, as que decorrem das diferenças amostrais e da sua representatividade a nível europeu, que não permitem comparação absoluta dos dados dos países envolvidos. Ficaram igualmente por explorar as diferenças socioeconómicas entre os jovens, aspeto que, no questionário, se baseou unicamente numa escala de “autoperceção de estatuto socioeconómico”, que optámos por não incluir aqui dada a

subjetividade da mesma e a não correspondência com o estatuto aferido a partir de variáveis como o nível de educação e profissão dos pais (Ponte e Batista, 2018).

Além disso, o artigo não esgota todas as práticas e aspetos da cidadania digital, que deixam entrever a emergência de outros perfis, merecendo maior exploração o tipo de interesses que mobilizam os jovens (em particular os “entusiastas noticiosos apoiados”). Considerando outras práticas informais e não institucionais de participação e engajamento cívico, futuras investigações poderão aprofundar as formas como os jovens se constituem enquanto cidadãos digitais e explicar se, e de que forma, os usos dos meios tecnológicos e as suas competências digitais explicam diferentes perfis de participação.

Anexo | Medidas de discriminação e contribuição das variáveis para cada uma das dimensões

Variáveis	Dimensão 1 Utilidade de conselhos sobre cidadania digital		Dimensão 2 Participação cívica <i>online</i>	
	Discriminação	Contribuição	Discriminação	Contribuição
Conselhos sobre oportunidades de participação cívica	0,474	18,4	0,239	13,0
Conselhos de informação temas políticos	0,541	21,0	0,232	12,6
Conselhos distinguir notícias verdadeiras de falsas	0,490	19,1	0,236	12,8
Escrever num blogue sobre notícias ou temas políticos	0,099	3,8	0,004	0,2
Participar numa campanha ou num grupo que discute tema noticioso	0,121	4,7	0,054	2,9
Participação em campanha, protesto ou petição <i>online</i>	0,264	10,3	0,290	15,8
Discussão problemas sociais/ políticos <i>online</i>	0,254	9,9	0,369	20,1
Procurar notícias <i>online</i>	0,230	8,9	0,255	13,9
É fácil para mim verificar se informação que encontro <i>online</i> é verdadeira	0,089	3,5	0,138	7,5
Total	2,572	100,0	1,837	100,0
Inércia	0,286		0,202	

Referências bibliográficas

- Allaste, A.-A., e K. Saari (2020), “Social media and participation in different socio-political contexts: cases of Estonia and Finland”, *Young*, 28 (2), pp. 138-156.
- Amna, E., e J. Ekman (2014), “Standby citizens: diverse faces of political passivity”, *European Political Science Review*, 6, pp. 261-281.
- Banaji, S., e D. Buckingham (2013), *The Civic Web. Young People, the Internet, and Civic Participation*, Cambridge, MA, The MIT Press.
- Bennett, W. L. (2007), “Changing citizenship in the digital age”, em W. L. Bennett (org.), *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth*, Cambridge (CA.), The MIT Press, pp. 1-24.

- Cabral, M. V. (2014), *Dimensões da Cidadania. A Mobilização Política em Portugal Numa Perspectiva Comparada*, Porto, Edições Afrontamento.
- Carvalho, H. (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos. Utilização da Análise de Correspondências Múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Sílabo.
- Choi, M. (2016), "A concept analysis of digital citizenship for democratic citizenship education in the internet age", *Theory & Research in Social Education*, 44 (4), pp. 565-607.
- Collin, P. (2015), *Young Citizens and Political Participation in a Digital Society. Addressing the Democratic Disconnect*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Dahlgren, P. (2009), *Media and Political Engagement. Citizens, Communication, and Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. (2011), "Young citizens and political participation: online media and civic cultures", *Taiwan Journal of Democracy*, 7 (2), pp. 11-25.
- Dahlgren, P., e T. Olsson (2007), "Young activists, political horizons, and the internet: adapting the net to one's purposes", em B. D. Loader (org.) *Young Citizens in Digital Age: Political Engagement, Young People and New Media*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 68-81.
- DiMaggio, P., E. Hargittai, C. Celeste, e S. Shafer (2004), "Digital inequality: from unequal access to differentiated use", em Kathryn Neckerman (org.), *Social Inequality*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation, pp. 355-400.
- Emejulu, A., e C. McGregor (2019), "Towards a radical digital citizenship in digital education", *Critical Studies in Education*, 60 (1), pp. 131-147.
- Fonseca, T. D. (2019), "The internet as a global playground: young citizens and informal spaces of agency, a Portuguese case study", *Mind, Culture, and Activity*, 26 (4), pp. 353-370.
- Hargittai, E. (2008), "The digital reproduction of inequality", em David Grusky (org.) *Social Stratification*, Boulder, CO, Westview Press, pp. 936-944.
- Inin, E., e E. Ruppert (2015), *Being Digital Citizens*, Londres e Nova Iorque, Rowman & Littlefield International.
- Janmaat, J. (2006), "Civic culture in Western and Eastern Europe", *European Journal of Sociology*, 47 (3), pp. 363-393.
- Jans, M. (2004), "Children as citizens: towards a contemporary notion of child participation", *Childhood*, 11 (1), pp. 27-44.
- Kahne, J., e B. Bowyer (2018), "The political significance of social media activity and social networks", *Political Communication*, 35 (3), pp. 470-493, DOI: 10.1080/10584609.2018.1426662
- Kahne, J., N. Lee, e J. Feezell (2013), "The civic and political significance of online participatory cultures among youth transitioning to adulthood", *Journal of Information Technology & Politics*, 10 (1), pp. 1-20, DOI: 10.1080/19331681.2012.701109
- Kitanova, M. (2019), "Youth political participation in the EU: evidence from a cross-national analysis", *Journal of Youth Studies*, DOI: 10.1080/13676261.2019.1636951
- Livingstone, S. (2009), *Children and the Internet. Great Expectations, Challenging Realities*, Cambridge, Polity Press.
- Livingstone, S., e E. Helsper (2007), "Gradations in digital inclusion: children, young people and the digital divide", *New Media & Society*, 9 (4), pp. 671-696.

- Livingstone, S, e L. Haddon (2009), *EU Kids Online: Final report*, Londres, LSE, EU Kids Online.
- Livingstone, S., L. Haddon, A. Görzig, e K. Ólafsson (2011), “Risks and safety on the internet: the perspective of European children: full findings and policy implications from the EU Kids Online survey of 9-16 years old and their parents in 25 countries”, *LSE Research Online*, disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/33731/> (última consulta em outubro de 2021).
- Livingstone, S., Giovanna Mascheroni, e Elisabeth Staksrud (2018), “European research on children’s internet use: assessing the past and anticipating the future”, *New Media & Society*, 20 (3), pp. 1103-1122.
- Livingstone, S., D. Kardefelt-Winther, P. Kanchev, P. Cabello, M. Claro, P. Burton, e J. Phyfer (2019), “Is there a ladder of children’s online participation? Findings from three Global Kids Online countries”, Florença, UNICEF Office of Research – Innocenti, disponível em: www.unicef-irc.org/publications/1019-ladder-of-childrens-online-participation-findings-from-three-gko-countries.html (última consulta em outubro de 2021).
- Loader, B. D. (2007), “Introduction: young people in the digital age: disaffected or displaced?”, em B. D. Loader (org.), *Young Citizens in the Digital Age. Political Engagement, Young People and New Media*, Londres e Nova Iorque, Routledge, pp. 1-17.
- Loader, B. D., A. Vromen, e M. A. Xenos (2014), “The networked young citizen: social media, political participation and civic engagement”, *Information, Communication & Society*, 17 (2), pp. 143-150.
- MacNaughton, G., P. Hughes, e Kylie Smith (2007), “Young children’s right and public policy: practices and possibilities for citizenship in the early years”, *Children & Society*, 21, pp. 458-469.
- Mascheroni, G., e K. Ólafsson (2015), “The mobile internet: access, use, opportunities and divides among European children”, *New Media & Society*, 18 (8), pp. 1657-1679.
- Mirazchiyski, Plamen, Daniel Caro, Andrés Sandoval-Hernández (2014), “Youth future civic participation in Europe: differences between the East and the rest”, *Social Indicators Research*, 115 (3), pp. 1031-1055.
- Mossberger, K., C. J. Tolbert, e R. S. McNeal (2007), *Digital citizenship. The internet, society, and participation*, Cambridge (CA.) e Londres, The MIT Press.
- Olsson, T., e P. Dahlgren (2010), “Introduction”, em T. Olsson e P. Dahlgren (orgs.), *Young People, ICTs and Democracy*, Gotemburgo, Nordicom, pp. 9-15.
- Pickard, S. (2019), *Politics, Protest and Young People*, Londres, Palgrave Macmillan.
- Pitti, I. (2018), *Youth and Unconventional Political Engagement*, Cham, Palgrave Macmillan.
- Ponte, C., e S. Batista (2018), *EU Kids Online Portugal – 2018. Usos, Competências, Riscos e Mediações da Internet Reportados por Crianças e Jovens (9-17 anos)*, Lisboa, EU Kids Online e NOVA FCSH.
- Ponte, C., A. Jorge, J. A. Simões, e D. Cardoso (2012), *Crianças e Internet em Portugal*, Coimbra, Minerva.
- Simões, J., C. Ponte, E. Ferreira, e J. Doretto (2014), *Crianças e Meios Digitais Móveis em Portugal. Relatório Nacional do Estudo Net Children Go Mobile*, Lisboa, CESNOVA.
- Sloam, James (2016), “Diversity and voice: the political participation of young people in the European Union”, *The British Journal of Politics and International Relations*, 18 (3), pp. 521-537.

- Smahel, D., H. Machackova, G. Mascheroni, L. Dedkova, E. Staksrud, K. Ólafsson, L. Livingstone, e U. Hasebrink (2020), "EU Kids Online 2020: survey results from 19 countries", *LSE Research Online*, disponível em: [10.21953/lse.47fdeqj01of0](https://doi.org/10.21953/lse.47fdeqj01of0) (última consulta em outubro de 2021).
- Trevisan, G. de P. (2012), "Cenários de participação política de crianças e jovens em contexto local: análise de uma experiência", comunicação apresentada no VII Congresso Português de Sociologia, Porto, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Van Dijk, J. (2006), "Digital divide research, achievements and shortcomings", *Poetics*, 34 (4-5), pp. 221-235.
- Wyness, M. (2018), "Children's participation: definitions, narrative and disputes", em C. Baraldi e T. Cockburn (orgs.), *Theorising Childhood Citizenship, Rights and Participation*, Cham, Palgrave Macmillan, pp. 53-72.
- Xenos, M., A. Vromen, e B. Loader (2014), "The great equalizer? Patterns of social media use and youth political engagement in three advanced democracies", *Information, Communication & Society*, 17(2), pp. 151-167.
- Zlamal, R., H. Machackova, D. Smahel, K. Abramczuk, K. Ólafsson, e E. Staksrud (2020), "EU Kids Online 2020: technical report", *LSE Research Online*, disponível em: <https://doi.org/10.21953/lse.04dr94matpy7> (última consulta em outubro de 2021).

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer à Associação DNS.PT, pelo apoio financeiro à realização do Inquérito, e à DGE - Direcção-Geral de Educação, pelo apoio e o contacto com as escolas, indispensável à concretização do trabalho de campo.

Susana Batista. Professora auxiliar convidada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH) e investigadora integrada no CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, NOVA FCSH, Lisboa, Portugal. *E-mail*: susanabatista@fcsh.unl.pt
ORCID: 0000-0003-2545-4538

José Alberto Simões. Professor auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH) e investigador integrado no CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, NOVA FCSH, Lisboa, Portugal. *E-mail*: joseav.simoese@fcsh.unl.pt
ORCID: 0000-0003-1328-5255

Receção: 15 de agosto de 2020 Aprovação: 04 de junho de 2021

